

PARTICULARIDADES DA SOCIEDADE ESCRAVISTA DA BAHIA: UMA LEITURA DE JOSÉ DA SILVA LISBOA

JOSÉ ALBERTO BANDEIRA RAMOS

Doutor em História Econômica pela USP.

A sociedade escravista da Bahia, embora pouco estudada ainda, já conta com alguns trabalhos que permitem formularem-se algumas anotações de grande utilidade para o entendimento das suas especificidades. O principal trabalho, neste sentido, remonta ao próprio século XVIII. Trata-se dos textos produzidos por Vilhena em cartas que escreveu,¹ dirigidas à Majestade Imperial Portuguesa, ao que parece não por encomenda desta, mas por decisão própria, na qualidade de estudioso e observador da realidade social contemporânea à Bahia de fins de século XVIII e começo de século XIX.

Além das cartas de Villhena, há alguns outros textos, produzidos por contemporâneos. É o caso dos relatos de viajantes estrangeiros, que aqui estiveram no começo do século XIX, nos quais se podem colher informações e observações que, embora de caráter essencialmente subjetivo, contribuem para o estudioso de hoje tentar reconstruir a complexa realidade daquela sociedade, a sociedade escravista da Bahia.²

Outra categoria de estudos são as investigações de natureza acadêmica. Além de se utilizarem dos preciosos informes contidos nos documentos de época produzidos por contemporâneos, como atrás foi referido, lançam mão de fontes documentais originais de diversa natureza, entre as quais se destacam os inventários “post-mortem”.³

Há determinados aspectos da

vida social e política da sociedade escravista da Bahia que podem ser reconstruídos, utilizando-se como fonte um documento de época, da lavoura de José da Silva Lisboa, o Visconde de Cairu. Nascido na Bahia em 1756 e falecido no Rio de Janeiro em

1835, José da Silva Lisboa estudou na Universidade de Coimbra, onde cursou Medicina e Filosofia, e foi depois professor naquela Universidade, regressando mais tarde à Bahia, onde exerceu funções públicas como jornalista e político. Foi um intelectual com

¹ Luis dos Santos Vilhena, *A Bahia no século XVIII*. Salvador, Itapuã, 1969, 2 v.

² Entre os principais relatos de viagem ou de estrangeiros que aqui residiram por certos períodos, devem ser citados: João Maurício Rugendas, *Viagem pitoresca através do Brasil*, Martins, 6. Ed. 1967; Maria Graham, *Diário de uma viagem ao Brasil*, edição atualizada, Edusp/Itatiaia, 1990; L. F. de Tollenare, “Notas dominicaes”, *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, v.33, T. Lindley, *Narrativa de uma Viagem ao Brasil*, edição atualizada, Nacional, 1969. Outro texto de inestimável valor para um estudo da sociedade baiana do período aqui focalizado é representado por um conjunto de notas, de autor desconhecido, que tem um inusitado título: *Discurso preliminar, histórico, introdutivo, com natureza de descrição econômica, da Comarca e Cidade de Salvador...*. Tal conjunto de textos foi objeto de publicação organizada por Pinto de Aguiar, e por ele prefaciada, sob o título *Aspectos da economia colonial*, Progresso, 1957. Além disso, cabe citar aqui a carta do advogado da Bahia, José da Silva Lisboa, futuro visconde de Cairu, dirigida ao Dr. Domingos Vandelli, diretor do Real Jardim Botânico de Lisboa, datada de Salvador em 18 de outubro de 1781, cuja íntegra foi publicada nos *Anais da Biblioteca Nacional*, v. 32, 1910. Embora citado como fonte por diversos estudiosos, tal documento, todavia, parece não haver sido explorado ainda em toda a sua riqueza.

³ Entre os principais estudos desta natureza devem ser citados os seguintes: os trabalhos publicados por Katia de Queiróz Mattoso, especialmente seu artigo *Os escravos na Bahia no alvorecer do século XIX: estudo de um grupo social*, *Revista de História*, n.97, USP, 1974, e sua tese de doutorado, defendida na França, e publicada no Brasil em livro intitulado *Bahia século XIX: uma província no Império*, Nova Fronteira, 1992; Thales de Azevedo, *Povoamento da Cidade de Salvador*, Itapuã, 1969, especialmente seu capítulo sobre *Os Censos do Século XVIII*; João José Reis, com diversos trabalhos, devendo citar-se, para os fins da presente análise, os seguintes: *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês*, Brasiliense, 2. Ed. 1987, capítulo 1, e o artigo intitulado *População e Rebelião: notas sobre população escrava na Bahia na Primeira Metade do Século XIX*, *Revista de Ciências Humanas*, UFBA, número 1, v.1, 1980; os trabalhos do brasilianista Stuart Schwartz, no caso, sua pesquisa de doutoramento publicada originalmente por Cambridge University Press, 1985, traduzida para o português sob o título de *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial*, Companhia das Letras, em co-edição com CNPq, 1988, e seu artigo intitulado *Padrões de propriedade de escravos nas Américas: nova evidência para o Brasil*, *Estudos Econômicos*, Instituto de Pesquisa Econômica da USP, v.1, n. 13, jan/abr, 1983 (a matéria deste artigo vai tratada no capítulo 16 do livro citado); a tese de doutoramento, também defendida na França, e ainda não publicada, de Maria Inês Côrtes de Oliveira, intitulada *Retrouver une identité: jeux sociaux des africains de Bahia: (vers 1750 – vers 1890)*, Université de Paris-Sorbonne IV, 1992, e seu livro *O liberto: o seu mundo e os outros (Salvador, 1790-1890)*, Corrupio, 1988.

formação em economia política, responsável pela primeira obra editada em português na qual se fazia a defesa do liberalismo econômico. Era um apologista de Adam Smith e, ao que consta, teria sido o inspirador da decisão do príncipe regente português que abriu os portos brasileiros ao comércio internacional, em 1808. Foi deputado à Constituinte de 1823, tornando-se Barão em 1825 e Visconde em 1826, chegando a senador do Império na ocasião em que D. Pedro I, já Imperador do Brasil, organizou a Câmara Vitalícia, também em 1826. Trata-se, assim, de um intelectual de ampla visão para a época em que viveu, ao corrente do pensamento mais avançado entre os estratos dominantes, o que lhe permitiu uma visão crítica dos aspectos mais marcantemente retrógrados da sociedade escravista baiana. Visão, todavia, insuspeita quanto a qualquer laivo de postura antiescravista radical ou mesmo abolicionista.

Em uma longa carta dirigida a Domingos Vandelli, Diretor do Real Jardim Botânico de Lisboa, datada de 1781,⁴ ele procede a uma descrição minuciosa da vida econômica e social da Bahia, inclusive dos aspectos de sua estrutura institucional. Os comentários desenvolvidos a seguir partem do entendimento de que tal documento ainda não foi amplamente explorado pela historiografia e que, por isto, a análise detida de alguns elementos de seu texto pode vir a ser útil à compreensão de importantes particularidades da sociedade escravista da Bahia.

Descrevendo a estrutura básica da corporação militar de então – estrutura que foi fundamentalmente mantida após o período da Independência, nos primórdios do governo provincial – José da Silva Lisboa faz menção à existência de três “regimentos pagos”, tendo cada um setecentos homens, e que, além desses, havia mais dois regimentos, um constituído de mulatos forros e outro de “pretos crioulos”, igualmente libertos. Refere-se, ainda, à existência de mais dois, um chamado dos “úteis”, que

ele identifica com o “pomposo nome de regimento da nobreza”. E ainda outro, que seria composto dos que tinham “o privilégio e o nome de “familiares do Santo Ofício”. Distingue tais regimentos de mais dois, destinados a fazer “a milícia da cidade”: um que é chamado de “dos auxiliares” e outro “das ordenanças”.

É importante registrar a informação do missivista de que os três “regimentos pagos” seriam bem disciplinados e cumpriam com ligeireza as manobras que se lhes solicitavam. Mas, assim mesmo, assinala que os seus comandantes não seriam bem versados em tática militar, como seria de exigir-se do que qualifica de “mestres de guerra”. E que todos os demais regimentos, com exceção para aquele dos “mulatos”, estavam numa “desordem extrema”. E acrescenta, em tom de ironia, referindo-se ao conjunto dos regimentos, que “se se costumasse vencer inimigos com a riqueza luzida dos uniformes, não haveria no mundo tropa mais respeitável nem mais invencível”. E por aí prossegue, desancando, em estilo vigoroso, o que caracteriza como uma estrutura voltada, fundamentalmente, para a ostentação e o abuso do privilégio. Registra ele o contraste entre o brilho das indumentárias com o que declara ser o “grito da necessidade, miséria e consternação pública”, vergastando o fato de que se obrigava os milicianos a fazer à sua custa “fardas carregadas de galão fino d’ouiro, mesmo no caso do regimento de mulatos e negros” que, como ele adverte, era “composto de gente que não tinha pão para comer e que servião gratuitamente para a defeza do paiz”. E arremata sua crítica assinalando que mesmo um chefe de regimento em Portugal... “não se apresenta tão luzido em galões, como hum alferes qualquer dos

ditos regimentos”.

Toda esta visão crítica de nosso missivista – preocupado que estava com a modernização da sociedade – serve ao estudioso de hoje para o aperceber-se de um traço característico da sociedade escravista da Bahia e, especialmente, do aparelho de Estado que lhe dava sustentação, com seu caráter marcadamente parasitário.

Este aspecto constituía-se na contraface de uma outra característica dessa sociedade, que tanto István Janksó quanto Carlos Guilherme Mota conceituam acertadamente como estamentária⁵ e que a diferencia da forma clássica das sociedades estamentárias, como por exemplo, as da Europa feudal absolutista. Trata-se da interessante circunstância de que a condição de proprietário de terras e de escravos, como a detinham os senhores de engenho, não era suficiente, por si só, para assegurar que se enquadrassem à conta de pertencente à “nobreza”. Para isto, constituía-se requisito indispensável o exercício pomposo e continuado de um consumo ostentatório, baseado em festas de salão e distribuição de honrarias e favores a uma série de pessoas que funcionavam como clientes de tais potentados.

É preciso, ainda, insistir-se na constatação de que as longas descrições, contidas na carta do ilustre advogado José da Silva Lisboa, contém elementos que em sua essência confirmam o que as análises refinadas de Schwartz pontuam a respeito da estrutura complexa de relações existentes então entre os senhores de engenho e algumas modalidades de lavradores que lhes completavam a economia do arranjo agroindustrial estruturado em torno dos principais engenhos. É também o que já constatou Vera Ferlini em seu estudo aqui referido.⁶

⁴ José da Silva Lisboa, op. cit.

⁵ István Janksó, *Na Bahia, contra o Império: história do ensaio de sedição de 1798*. São Paulo, Hucitec/Edufba, 1996; Carlos Guilherme Mota, *Nordeste, 1817: estruturas e argumentos*. São Paulo, Perspectiva/Editora da USP, 1972.

⁶ Schwartz, S. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial*. São Paulo, Companhia das Letras, 1988, principalmente os capítulos 9, 10, 11 e 12. Vera Ferlini, *Terra, trabalho e poder: o mundo dos engenhos no Nordeste colonial*. São Paulo, Brasiliense, 1988, especialmente o capítulo 5.

O trecho que a seguir se transcreve é, neste sentido, lapidar para informar de maneira compacta o essencial desta teia de relações da qual, por outro lado, se infere a confirmação das análises de Schwartz, especificamente quanto ao que identificou como o padrão típico de escala dos engenhos baianos, em comparação com o padrão predominante no Caribe, especialmente na Jamaica.⁷ Descobriu ele que o padrão baiano difere do jamaicano quanto à escala, pois, na Bahia – conforme apurou a partir do exame detalhado dos dados resultantes de censo econômico realizado no Recôncavo açucareiro de 1816/1817, a mando do Conde dos Arcos, governador da Bahia de então – o tamanho modal dos engenhos situava-se no intervalo entre cinquenta e cem escravos, componentes da força produtiva destes. Exclui-se daí o componente da escravaria não aplicada às atividades produtivas diretamente, fato que, por sua vez, evidencia faceta importante do caráter parasitário da estrutura escravista colonial, em que havia pouco espaço para aumentos de produtividade baseados em investimentos nas forças produtivas, conforme já assinalado por Gorender em seu estudo categorial sobre as leis inerentes ao que denomina de escravismo colonial.⁸

Neste sentido, deve-se dar a palavra diretamente a José da Silva Lisboa:

Hum proprietario, que tem cinquenta escravos de trabalho constante e regular pode ter sem dificuldade cem tarefas de canna, que segundo o calculo feito podem render 5:700\$000 rs. Verdade he que este rendimento não he liquido, e que delle se deveria deduzir o valor da sustentação dos escravos, doenças, mortes, vestidos, restabelecimento da fabrica, salarios de feitores, que administração a lavoira; mestre de assucar, caixeiros de engenhos, etc. Comtudo esta despeza toda he bem compensada pelas meações de assucar e melaços, que recebem os senhores de engenho de seus lavradores, que levão a sua canna para se moer no engenho. Meações estas que lhes augmenta infinitamente o rendimento anual. Por isso os senhores de engenho procurão ter agregados a si quantos lavradores mais possão ter. Há 3 sortes de lavra-

dores, huns proprietarios de sua terra, que lhes he livre moer as suas cannas no engenho, que mais quizerem, no que fazem muito favor aos senhores de engenho; outros proprietarios, mas cujas terras tem a servidão de serem obrigados os lavradores de moerem a sua canna em certo engenho e não em outro, podendo por justiça serem a isto constrangidos. Outros finalmente, que lavrão terras dos senhores de engenho, pagando-lhes fôro. Este dois últimos estão na absoluta dependência do senhor de engenho, que conforme os seus caprichos os tem em huma oppressão servil. Ao senhor de engenho pertence determinar-lhes a ocasião da moagem, a qual se he tardia cauza aos lavradores prejuizos irreparáveis, porque passado o tempo preciso do córte a canna deita frexa, os seus succos com a força do calor se dissipão.

Nosso missivista esclarece a seguir que, apesar de o sistema de meação aqui referido deixar os lavradores tributários aos senhores de engenho, ainda assim permite aos lavradores médios dessa categoria obterem

grande lucro na sua cultura, porque as suas despezas se reduzem à sustentação dos escravos e seu vestiaro e morte dos mesmos; precisão de infinitamente menos fundo, para a emprehenderem, nem tem que supprir a dispendiosa fabrica do engenho, que todos os annos precisa de reparação de ferros, cobre, madeira, quantidade de bois, cavallos, e o importantissimo artigo das lenhas, de que fazem prodigioso consumo os engenhos beira d'agua, que não tem mattas.

Tratando de completar sua justificativa a respeito da caracterização desta categoria de lavradores, comparando sua economicidade com a dos engenhos, ele esclarece outro aspecto de primordial importância da estrutura escravista da sociedade rural baiana que, no caso, tudo indica constituir traço marcante de todas as explorações escravistas baseadas em lavouras de exportação, pois é também prática bastante frequente nas

lavouras de cana e café que se implantaram a partir de meados do século XVIII nas capitanias do Rio de Janeiro e de São Paulo. É por isso necessário dar-lhe mais uma vez a palavra:

E ainda que o seu rendimento seja muito menor que o do senhor de engenho, comtudo a desproporção do valor do engenho e das despezas a respeito das do lavrador, faz com que o rendimento de ambos seja proporcionalmente quase igual. He de advertir que a sustentação dos escravos ordinariamente não está a cargo dos senhores, porque por hum costume quase universal, se lhes dá o dia do sabbado e Domingo para nelles lavrarem o que lhes fôr mister, assignando-se-lhe o terreno.

Deve-se destacar, neste ponto, a importância desta referência de José da Silva Lisboa à prática, que ele caracteriza como corrente, de os senhores escravistas na lavoura açucareira do Recôncavo utilizarem-se do mecanismo de controle da escravaria baseado na concessão de um dia da semana para que a sua força de trabalho pudesse prover parte, pelo menos, do seu auto-sustento. Não se vai aqui discutir, por falta de maiores evidências empíricas, o grau de universalidade desta prática no escravismo da Bahia, como de resto no escravismo vigorante no Brasil colonial. O que se deve extrair como mais importante nesta referência é o fato de que, mesmo nas conjunturas de expansão econômica, como o eram os anos em que a carta foi escrita, os senhores escravistas recorressem a uma prática que contribuía, em grande medida, para amenizar os rigores da superexploração a que era submetida a escravaria.

Outra referência de José da Silva Lisboa que confirma aquele padrão de escala dos engenhos do Recôncavo está no trecho de sua missiva em que cita os engenhos de administração dos jesuítas existentes na Bahia, caracterizando-os como pertencentes a

⁷ Schwartz, op. cit., capítulo 16.

⁸ Jacob Gorender, *O escravismo colonial*, 2. ed. São Paulo, Ática, 1978, especialmente os capítulos da parte terceira do livro.

um modelo, tanto por sua escala quanto por seu regime de administração, diferente do padrão prevalecente no Recôncavo açucareiro de então. Ele cita especificamente o caso do que qualifica de “Engenho formidável do Conde, com mais de 150 escravos e immensidade de boas terras no reconcavo”. Cita também o engenho Santana, da comarca de Ilhéus, indicando que este possuía, à época, “270 escravos e hum potentado de terreno”.

A propósito do regime de administração característico desses engenhos, ele procede a uma comparação com o regime prevalecente nos engenhos administrados por particulares (no ano em que escreveu a carta, esses dois engenhos, de propriedade jesuítica, já haviam sido expropriados por Pombal e foram vendidos pela Fazenda Real a bom preço e “a condições mui benignas”, fato que evidencia a conjuntura expansiva então vivida a partir daquela década). Em seu texto, após manifestar posicionamento favorável aos senhores de engenho como classe, frente ao jugo a que por sua vez estavam submetidos, por via dos financiamentos que recebiam de grandes comerciantes, dos quais dependiam para a sustentação de seus negócios, ele procede a uma crítica do absentismo senhorial; mas, ao mesmo tempo, defendendo a importância da presença do proprietário junto ao negócio do engenho, assinala, com grande vigor descritivo, o cotidiano característico enfrentado por estes senhores. Nesta caracterização, que a seguir se reproduz por exemplar, deve-se notar, por outro lado, seu entendimento quanto ao padrão de relacionamento entre os senhores de engenho e a sua força de trabalho escrava. Dê-se-lhe a palavra:

Accresce o gravíssimo incommodo da necessidade da presença incessante do proprietario à sua lavoura para esta poder ter o seu devido rendimento, pois que qualquer fazenda de terra vale tanto quanto a alma do seu dono; se este quer vir divertir-se à cidade, se he indolente, está seguro de nada colher no fim do anno. Por mil vantagens de terras e de escravos que tenha. A necessidade de se viver entre

escravos, e pôr em folegos períveis a esperança de riqueza e a alternativa cruel e sempre pernicioza ao senhor, ou de os tratar com dureza ou de ser mau servido, constitue outro terrível detrimento da lavoura do Brazil. Os negros, que apesar da sua estupidez, conhecem comtudo o preço da liberdade e que justamente não tomão interesse pela fortuna de seu senhor, na certeza de nunca ella lhes ser transcendente, que abusão da mansidão do senhor para se conservarem na indolencia e fugirem do rude trabalho de lavrarem terra, enchem de mil amarguras a vida rusticana. Todos os dias se recebem más notícias de hum preto morto, outro doente, outro fugitivo, outro rebelde, outro que deixou corromper os pés de bichos, por preguiça e ainda para desgostar o seu senhor.

Note-se aí a expressão nítida do ponto de vista senhorial, naquilo que respeita ao entendimento das dificuldades de gestão da escravaria, vista do ângulo dos seus proprietários. Todavia, é muito sugestivo o que ele acrescenta a respeito da diferença de padrão, nesta matéria, entre o modelo prevalecente na maioria dos engenhos e aquele outro, por ele defendido, baseado no figurino inspirado nos engenhos que tiveram administração jesuítica. É exemplar o que ele declara em continuação, na sua análise:

Contudo eu attribuo grande parte destes damnos ao abuso violento, que se faz da liberdade dos escravos, dos quais huma boa parte perece às mãos da fome, da miseria, da desesperação e dos atrozes castigos, que se lhes inflige. Os senhores moderados, mas não inertes, costumão pelo ordinario ter melhores negros e mais duráveis. E para dizer a verdade os escravos são mui sensíveis às demonstrações de benignidade de seus senhores. As suas almas com pouco se contentão e conduzidas com generosidade, não são atrozes, como ordinariamente se crê. Alguns senhores de terra facilitão hoje os casamentos de seus escravos. He este um excellente meio de lhes suavizar o jugo e os ter com resignação sujeitos ao domínio em razão da mulher e filhos, seus caros senhores, que os retém e os consolão (...) Os jesuítas, habeis economos das suas coisas, foram os que derão d'isto exemplo e mos-

trarão com successo a utilidade com effeito aos engenhos e fazendas que deixarão cheios de escravatura numeroza, era raro achar negro da Costa da Africa. Comtudo este meio não he praticado com universalidade, porque pela vantagem mais decidida dos serviços dos negros sobre os das negras, sempre o numero dos escravos he triplicado a respeito das escravas: coisa esta, que perpetua o inconveniente de se não propagarem, nem se augmentarem as gerações nascentes.

Eis aí uma confirmação documental inequívoca do padrão demográfico predominante da escravaria nos engenhos do Recôncavo, padrão que é apontado consistentemente pelos estudos, já citados, de Kátia Mattoso e João Reis, em seus respectivos artigos. Colhe-se aqui, por outro lado, uma valiosa evidência empírica acerca da preferência senhorial pelo braço masculino como justificativa para a não-proliferação da família escrava.

A carta de José da Silva Lisboa, em suas descrições minuciosas sobre a economia agrícola da capitania, permite ao estudioso aperceber-se de aspectos fundamentais da abrangência territorial da capitania na altura das últimas décadas do século XVIII. Um destes aspectos refere-se à importância da cultura da mandioca e da correspondente produção de farinha como elemento de base do suprimento das populações urbanas, tanto de Salvador quanto das vilas do Recôncavo. A principal fonte de abastecimento se localizava fora do Recôncavo, na comarca de Ilhéus e de Porto Seguro, destacando-se na primeira a região da foz do rio de Contas. Além disso, fica-se sabendo que a produção de farinha, tanto a do Recôncavo quanto as das áreas extra-Recôncavo localizadas ao sul, nas comarcas já referidas, supria não somente o mercado interno, mas se destinava, também, à exportação para Angola e Costa da Mina, neste caso como elemento de sustentação, tanto dos escravos quanto das tripulações dos navios negreiros. Exportava-se ainda farinha diretamente para Portugal, e não só para o abastecimento urbano, mas também para o fim de suporte ao gran-

de comércio escravista transatlântico.

Tais indicações constituem-se pista de grande valor para avaliar-se o grau de circulação mercantil que a esta altura já se instalara no interior da economia escravista baiana. Apesar da principalidade do comércio exportador de açúcar, percebe-se aí que esta sociedade não era, como as da Europa feudal, uma economia de exíguos fluxos mercantis, fato que lhe dá singularidade como sociedade escravista.

Sobre a natureza da escravidão urbana em Salvador e sobre a extensão das relações escravistas na sociedade baiana, é precioso conhecer o que informa José da Silva Lisboa em seu rico relato, no qual se evidencia a confirmação das análises que a este respeito já fizeram Katia Mattoso, Stuart Schwartz e Maria Inês Oliveira. É também altamente ilustrativa, no texto do insigne missivista, a caracterização a que procede do tipo de mentalidade escravista que era corrente, inclusive entre os pequenos senhores. Impõe-se citá-lo diretamente:

A cidade da Bahia tem quasi 50.000 (pessoas) de que só a quarta será composta de brancos. Esta população não se augmenta, porque o numero de cazamentos he muito diminuto. A dos escravos he impraticavel e contra a

decencia das familias: porém os senhores tolerão facilmente o commercio illegitimo pelo fructo do augmento dos escravos, que d'isso lhe rezulta. A maior parte he bem inutil ao publico e só destinada para servir aos caprichos e voluptuosas satisfações de seus senhores. He prova de mendicidade extrema o não ter um escravo: ter-se-hão todos os incommodos domesticos, mas hum escravo a toda a lei. He indispensavel ter ao menos dois negros para carregarem huma cadeira ricamente ornada, hum creado para acompanhar este trem. Quem sahisse à rua sem esta corte de africanos, está seguro de passar por hum homem abjecto e de economia sordida. E quem fosse tão imprudente que fizesse a menor reflexão sobre a ridicularia deste apparatus romanesco ou a deshumanidade de se fazer por deleite puro carregar por homens seus semelhantes, estava na certeza de ser apedrejado como hum vizionario e innovador. Assim todos aspirão a ter a sua cadeira, com o aparelho competente, ainda que a tenuidade da sua fortuna não os ponha em estado sem lezão esta despeza, correndo o risco dos seus escravos.

Deve-se aqui chamar a atenção particularmente para o fato de que, tanto na escravidão urbana, quanto na escravidão rural, boa parte da escravaria não era aplicada diretamente na atividade produtiva. Tal se

constitui, como já se assinalou atrás, num traço marcante do chamado escravismo colonial, em particular da sociedade escravista da Bahia – que tem sua correspondência no parasitismo imperante no aparelho de Estado, tal como com tanta ironia é relatado no documento de nosso ilustre advogado. Esta ironia, na pena de um contemporâneo que não chegava a questionar a escravidão em si, deixa evidente uma outra faceta do escravismo na Bahia: o escravo como elemento de ostentação, mesmo em camadas pobres da população. Mas note-se que aí se trata, especificamente, de escravo urbano.

Como já se assinalou neste trabalho, à época em que José da Silva Lisboa escreveu tal documento, iniciava-se na Bahia um período caracterizado como de expansão econômica, marcado por abertura de novos engenhos, intensificação do tráfico transatlântico de escravos, e um revigoreamento, ainda que tardio, das relações escravistas de produção. Não se colocavam ainda, no horizonte da vida cotidiana, sinais perceptíveis da insurgência escrava que, menos de uma década depois, despontou na Bahia em toda a vastidão da capitania, e que permaneceu por mais de 40 anos.



DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS 2
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano
Mestrado em Análise Regional
(Recomendado pela CAPES)

Objetivos

Contribuir para soluções de problemas econômicos-sociais, ambientais e organizacionais, a nível local e regional. Contribuir para formar e atualizar professores, capacitando-os para um desempenho adequado, na graduação e pós-graduação. Formar uma massa crítica capaz de desenvolver trabalhos científicos que contribuam para o desenvolvimento local, regional e nacional.

Prédio de Aulas 08 - Campus Iguatemi - Alameda das Espatódias, 915 - Caminho das Árvores, Salvador-BA
CEP. 41.820-460 - Tel. (071) 340-3600/3628 - Fax. (071) 340-3697
e-mail: maregional@unifacs.br